

CIDADE, ESPAÇO URBANO E SUA DINÂMICAⁱ.

GERUZA SILVA DE OLIVEIRAⁱⁱ

Resumo: O objetivo deste texto é apresentar num recorte específico, como os feirantes do Mercado Abertoⁱⁱⁱ que, inseridos no processo de informalidade, desenvolvem suas atividades no Centro de Goiânia, criando formas de interação, ou contatos interpessoais, no espaço público. Especificamente, abordar-se-à, aqui, a dinâmica do espaço urbano, marcada pela subjetividade que confere uma modalidade de *desordem organizada* ao contexto do Mercado Aberto. A intenção é a de perceber como os feirantes se vêem, e também como são vistos pelos os lojistas, fiscais internos e moradores das adjacências do Mercado Aberto, a partir de uma pesquisa feita no mestrado entre os anos de 2003 e 2005.

Palavras-chave: espaço, cidade, informalidade, práticas.

1. Considerações iniciais

De acordo com Frúgoli Jr. (1995), em seu estudo sobre as cidades modernas, a paisagem urbana das grandes cidades apresenta um cenário marcado pelas multidões em movimento pelas ruas. Os espaços públicos, ruas, calçadas e galerias, foram, segundo o autor, alvo de intervenções urbanas que visavam priorizar o fluxo das pessoas. Entretanto, com o crescimento e desenvolvimento das cidades, grupos sociais surgem, imprimindo funções diferenciadas às áreas públicas, ressignificando-as. Essas áreas passam a servir para moradia, local de trabalho, espaço de lazer ou outro tipo de atividade.

Machado (1980) apresenta a cidade como sendo uma base material, onde se travam relações e ações sociais, um espaço resultante de múltiplas e heterogêneas relações sociais. Assim verifica-se na cidade uma duplicidade de intervenções simultâneas: quer seja através de sucessivos planejamentos urbanos, quer pela ocupação ininterrupta de seus espaços pelos grupos sociais.

Nessa mesma perspectiva, Peixoto (*apud* CAVALCANTI, 2001. p. 136) afirma que a cidade revela-se como conjunto

heterogêneo de objetos, ações humanas, formas, funções, usos e modos. Considerada, pelo autor, o movimento, a vida, reflete o homem e sua história, o *locus* do capital, do trabalho, da técnica, ao mesmo tempo em que é espaço do cidadão, de suas idéias, emoções, lutas e contradições, onde as relações sociais se produzem e reproduzem de forma ampla. Certeau (1997) afirma, em outros termos, que, numa cidade, o *cotidiano* se define como (o) opressão diária da existência, no presente. O autor ressalta as práticas que estão numa esfera própria do cotidiano, mostrando os bastidores do poder, revelando procedimentos mínimos, infinitesimais, que não foram privilegiados pela história, mas que, nem por isso, deixam de exercer uma atividade inumerável entre as malhas das tecnologias instituídas.

A cidade projetada, com seus prédios, ruas, avenidas e praças, é continuamente transformada pelos seus usuários – grupos sociais que ocupam os espaços públicos. A interferência dos usuários dessa geografia urbana escrevem um *texto não-verbal sobre a cidade* (FERRARA, 1988). Esse texto desdobra-se nos caracteres que acompanham as andanças, táticas e estratégias dos usuários e revela, também, as

manifestações cotidianas por eles criadas, de acordo com suas necessidades.

Do confronto entre aquilo que Certeau (1994) chama de usuários da cidade e os projetistas dela, surgem duas ações no espaço, denominadas *estratégias* e *táticas*. O autor caracteriza como *estratégia*

O cálculo ou manipulação das relações de força, um esforço racional que determina um entorno, um lugar para a prática do poder ou vontade. As estratégias produzem alguns efeitos: vitória do espaço sobre o tempo; parcelamento do espaço, permitindo uma prática panóptica que transforma os outros em objetos observáveis, mensuráveis, controláveis; poder do saber, capaz de transformar a história em espaços legíveis. (CERTEAU. 1994, p. 99)

As *táticas* são movimentos desenvolvidos dentro do campo do inimigo, do opositor, que golpeiam as *estratégias* e modificam o espaço, para utilizar uma linguagem própria do militarismo. Enquanto as *estratégias* se organizam a partir de um postulado do poder, as *táticas* são a ausência de poder. A cidade é, portanto, feita de desordens táticas, que expressam sua complexidade frágil e lhes permitem, apesar da mudança contínua, manter-se íntegra.

A cidade é composta de uma pluralidade de ações táticas, diluídas em práticas cotidianas; em ações simples, tais como caminhar, cozinhar, habitar, falar, circular, trabalhar. Atividades que tornam a cidade o lugar por excelência da diversidade, do improvável e do impreciso. Essas práticas são microbianas^{iv} e plurais, e longe de poder ser controladas ou eliminadas pela administração panóptica, esforçam-se por uma proliferação ilegítima, desenvolvida de forma inusitada sob as redes da vigilância, combinada segundo táticas ilegíveis, mas estáveis a ponto de constituírem regulações cotidianas.

2. Desenvolvimento

2.1. O feirante do Mercado Aberto

A maioria dos feirantes entrevistados são de Goiânia. Outros são de Aparecida de Goiânia, Itapuranga, Itaberaí e Nerópolis, e de Estados como o Piauí, a Bahia, o Maranhão, o Ceará e o Tocantins. Todos cadastrados pela SEDEM em Goiânia – Secretaria de Desenvolvimento Econômico Municipal - e contemplados pelo Projeto Mercado Aberto – Avenida Paranaíba^v. Dentre eles, é interessante observar que nem todos os que ocupam o espaço do Mercado Aberto exerciam, anteriormente, a atividade de vendedor ambulante em outros locais da cidade, como se pode observar a partir de questionários aplicados durante a pesquisa.

As informações obtidas permitiram observar a diversidade de locais de trabalho dos feirantes do Mercado Aberto. Em sua maioria, atuava nos trabalhos formais, como comércio, restaurantes, bancas, academias, supermercados, panificadoras; e também como motoristas de ônibus, de empresa, e em trabalhos que propiciam maior autonomia, tais como os de motorista de táxi, motorista particular e serviço doméstico. Essas práticas diversificadas foram substituíram-se pelo trabalho em um espaço aparentemente homogêneo, centralizado, marcado pela proximidade das relações que os feirantes estabelecem entre si próprios; entre eles (trabalhadores) e os moradores da região, proprietários, comércio local e usuários, isto é, consumidores em geral.

Ao se encontrarem no Mercado Aberto, para o exercício de suas atividades informais, os feirantes adaptam-se à nova realidade que lhes impõe um desempenho particular, marcado por comportamentos singulares e, muitas vezes, homogêneos. Modos simples, repassados de feirante para feirante, como uma rede de sinais e códigos comuns, a qual se torna, ao longo do tempo, uma teia de novos relacionamentos que dá

uma configuração especial ao lugar estabelecido para a prática de seu trabalho.

Produz-se, nesse contexto, uma cultura representada pelo trabalho coletivo, a qual se reflete na forma como os feirantes se vestem, na linguagem desenvolvida por eles, no modo de conquistar o consumidor, na constante tentativa de transgredir as regras do espaço – agora planejado –, e na inserção no processo de informalidade (sem garantias trabalhistas e vínculos empregatícios), bem como, na visão dos outros, que dedicam ao comércio formal, nas proximidades do Mercado Aberto, fiscais da prefeitura e moradores da região.

Na opinião de lojistas, ressalta-se a questão da sobrevivência, ou seja, para o lojista os feirantes são aqueles que têm vontade de trabalhar e auferir alguma renda. São, também, pessoas que atendem mal, comportamento expressado pelo jeito grosso, estúpido, muitas vezes, de tratar o consumidor. Um lojista afirmou que nem todos os feirantes, mas alguns deles, com os quais já teve contato, *“não preocupa em vender, parece, não atende, não dá atenção, fica conversando, não têm ânimo para vender”*.

Percebe-se que esta opinião coincide com o desempenho dos feirantes, pois é notável a atitude de desânimo que demonstram no trabalho, desânimo resultante da insatisfação com a atividade informal. Sem garantia de renda, sem a seguridade proporcionada pelo trabalho formal, sem o relativo conforto próprio de instalações adequadas ao exercício da profissão, sua indignação é justa. Um deles afirma, sobre o local, que *“é sujo demais, não tem lonas suficientes para proteger-se das chuvas e do sol e às vezes ficar dentro do Mercado é muito quente”*.

Os moradores situados em torno do Mercado Aberto acreditam que os feirantes lá estão para ganhar dinheiro, para fazer alguma coisa que lhes dê retorno material, econômico. De acordo com uma moradora da Rua 72, Centro, o feirante *“tá ganhando o pão de cada dia”*. Para esta pessoa, o feirante é alguém que precisa ganhar dinheiro para sobreviver, mesmo que seja em atividades

que ela considera precárias, sem as garantias do trabalho formal.

Os feirantes também são vistos como pessoas que estão na informalidade pelo fato de não terem adquirido os requisitos profissionais exigidos pelo atual mercado de trabalho. Segundo outra moradora, *são esforçados, porém, não qualificados*, o que coincide, realmente, com o relato dos feirantes, pois muitos deles afirmam que sua condição de trabalhadores informais deve-se ao fato de não *saberem fazer outra coisa*, e também por terem *se acostumado com o serviço que o pai e a mãe faziam*, ou ainda por *resistirem aos estudos* e por não terem se dedicado a um curso profissionalizante qualquer. Entretanto, essas afirmações não constituem a única realidade, pois parte considerável dos feirantes é originária de outros estabelecimentos formais de trabalho, dos quais saíram por vários motivos: falência da empresa, salário baixo, desentendimento nas relações profissionais e outros.

As apreciações da fiscalização interna do Mercado Aberto, de acordo com a Secretaria de Fiscalização Urbana (SEFUR), revelam as situações em que se encontram alguns feirantes, por extrapolarem os critérios que regem a concessão de espaço nesse local. Muitos dos feirantes que ali estão não precisam do trabalho, pois possuem bancas e lojas comerciais em outros lugares. Alguns deles são empregados formais. *Setenta por cento são pessoas que precisam trabalhar, o resto são oportunistas*, diz um fiscal, na presença de outros colegas, que concordam com sua opinião.

2.2. Feirantes do Mercado Aberto e a Desordem Organizada: a transgressão do espaço urbano.

Os espaços podem ser transgredidos. Segundo Pimentel (2001), existe uma capacidade criativa dos usuários que modifica os espaços e faz deles algo que transcende a idealização primeira. Por exemplo, uma marquise, que transmite uma escala de valores culturais, éticos, estéticos,

econômicos e sociais de quem a projetou – arquitetos, urbanistas –, transforma-se em local de trabalho para um vendedor, abrigo para o sono e/ou casa para um morador definitivo das ruas.

A instituição de uma *desordem organizada* (BATAILLE, *apud* PERLONGHER, 1995, p. 97), ensejada pela transgressão, marca o desencadeamento de uma nova codificação. A transgressão é uma forma de inversão da lei oficial, ou seja, ela produz uma nova lei que, a princípio, se manifesta pela violação ao ser ressignificada em códigos de interação entre as dimensões que participam, por exemplo, de um espaço geográfico, adquirindo conteúdos normativos capazes de mediar as práticas e interações sociais nesse espaço (BATAILLE, *apud* PERLONGHER, 1995, p. 97),

Assim é que feirantes do Mercado Aberto desenvolvem ações, práticas, códigos e imagens singulares na cidade – constituindo ou criando o improvável na ordem programada – atividades consubstanciadas em *estratégias e táticas*. Em tal contexto, instaura-se o confronto entre *usuários e projetistas da cidade* (CERTEAU, 1994), ou seja, entre os feirantes e os gestores de Goiânia.

As práticas cotidianas dos feirantes, bem como as dos vendedores ambulantes de Goiânia, confrontam-se com os poderes instituídos por órgãos de gestão pública. Esses, para garantir a ordem nos espaços da cidade, utilizam-se de instrumentos de repressão – multas, apreensão de produtos, violência física – no exercício da fiscalização e controle das ações empreendidas pelos ambulantes.

O Mercado Aberto constituiu-se num projeto implantado sob a responsabilidade de um Conselho Gestor, formado por representantes da Associação dos Moradores do Centro de Goiânia, da Associação dos Comerciantes da Avenida Paranaíba, da Associação Centro Vivo, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e da Secretaria Municipal de Cultura. Esse espaço foi criado de acordo com o Plano Diretor Integrado de Goiânia, que assegura o cumprimento das Diretrizes

Gerais e Setoriais da Política Urbana, atendendo aos objetivos do programa de redefinição de uso das áreas públicas destinadas à utilização adequada pela população e do projeto de dinamização de pólos de desenvolvimento regional.

Os vendedores ambulantes, que ocupavam as principais avenidas do Centro da cidade, foram transferidos para o Mercado Aberto e chamados, a partir de então, de feirantes. Quando questionados sobre a participação no projeto, a maioria^{vi} respondeu que não participou do plano de elaboração e construção desse espaço. Alguns, porque não sabiam; outros, porque não foram convidados a opinar; outros, ainda, pelo fato de que não eram vendedores ambulantes à época do projeto e os demais por motivo de desentendimentos com o SINCATEI.

Nesse novo espaço, agora definido como local de consumo e trabalho, os vendedores imprimem suas especificidades, seus modos de participação na vida da cidade, desenvolvendo práticas microbianas e plurais que estão longe de ser controladas ou eliminadas por algum poder. Essas práticas constituem-se em uma proliferação ilegítima, desenvolvida de forma inusitada, sob a observação das redes da vigilância, combinando táticas ilegíveis, mas estáveis, a tal ponto que instauram regulações cotidianas.

Os ambulantes localizados nos principais pontos da cidade, de acordo com a pesquisa realizada, apoderam-se desses espaços, considerados, na maior parte, áreas públicas, cuja apropriação é proibida, segundo o Código de Posturas do Município. De acordo com o parágrafo único do artigo 127, deste código, acrescido da Lei Complementar n.º 059 de 1º de dezembro de 1997, atualizada até 10 de outubro de 2002: “É vedada a instalação de bancas comerciais, de qualquer natureza, em passeios públicos fronteiriços a estabelecimentos de ensino público e particulares, repartições públicas, hospitais, maternidade e centros de saúde, situados no Município de Goiânia”.

Como se pode deduzir do exposto acima, Goiânia, como outras cidades, possui leis que resguardam e controlam o uso do espaço público. A partir delas, gestores e administradores buscam garantir a funcionalidade pública desses locais, preservando não só os direitos dos cidadãos, como também a arquitetura e a paisagem urbanas.

Essas prescrições foram observadas internamente no Mercado Aberto durante a pesquisa feita, no qual os feirantes têm determinada a sua localização em área e canteiro limitados. No entanto, essa normatização não os impede de ultrapassar o seu espaço particular e circular por outros, na tentativa de dar maior visibilidade à mercadoria que põem à venda. Há que se referir, também, às formas de resistência ao comando de fiscalização, o qual sob regulamentação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SEDEM), que supervisiona as atividades do local, disponibilizava cinco (5) supervisores durante todo o período de funcionamento do Mercado Aberto. Estes realizavam chamadas diárias no local, com dois fiscais por turno. Fiscais da Secretaria de Fiscalização Urbana (SEFUR) atuavam também nas ruas de Goiânia, com a finalidade de controlar ou inibir o surgimento de novos pontos de comércio ambulante. Os agentes fiscais atuantes no Mercado Aberto, tinham a incumbência de

cumprir determinações quando solicitados pela SEDEM para verificar irregularidades. Não permitir a venda de ambulantes no interior do Mercado; combater o uso indevido de bancas de terceiros; orientar os comerciantes a não exporem mercadorias no meio dos corredores; fazer cumprir o Decreto n.º 1.427, de 15 de maio de 2003, que determina o funcionamento do Mercado Aberto, no que se refere ao início, funcionamento e encerramento das atividades do Mercado Aberto. (Fiscal do Mercado Aberto, 2004)

Essa fiscalização tornou-se parte integrante do cotidiano dos feirantes do Mercado Aberto, com a missão de controlar e enquadrar a ação dos trabalhadores/feirantes nos limites desse espaço. Quando questionados sobre o sistema de controle a que são submetidos, tecem avaliações que variam da aceitação quase absoluta até a sua negação.

Entre alguns feirantes, o trabalho dos fiscais internos é observado como algo bom, certo, necessário. Sentem a necessidade de algo que existia, sem muita eficácia, quando estavam na Avenida Goiás e outros pontos centrais de Goiânia, e que, agora, lhes possa conferir segurança no âmbito do Mercado. Muitos feirantes temem a presença de estranhos que possam vender mercadorias sem pagar taxas. Receiam também a possível ocorrência de furtos e roubos, por isso apegam-se ao controle exercido pela fiscalização.

Porém, outros feirantes, revelam uma aversão a esse poder que os submete internamente (já que, na forma do Mercado Aberto, são mais presos, uma vez que a fiscalização atrapalha, porque controla, limita suas operações de venda, restringindo-as ao local de suas bancas, impedindo-os de transitar livremente para a negociação de seus produtos), quando dizem que não sabem para que serve a fiscalização, dizem-no com o sentido de que não estão acostumados com essa supervisão cotidiana. Eles trazem na memória os momentos em que eram submetidos a processos de violência por parte dos fiscais, superintendentes e policiais. Naqueles momentos, os ambulantes tinham que fugir e, quando pegos, suas mercadorias eram confiscadas.

Os usuários, definidos por Certeau (1994) como os componentes de um grupo que realiza a alteração das regras do espaço opressor, em face do enquadramento amplo de que é vítima, desenvolve a astúcia no relacionamento com os sistemas técnicos de repressão, criando golpes e “driblando” as injunções e imposições. Os feirantes do Mercado Aberto não só têm o desejo de burlar as normas que lhes são impostas,

como também as burlam, de fato. Um feirante, ao ser indagado se existe alguma norma do Mercado Aberto que ele não gostaria de cumprir, respondeu: “*Todas não são cumpridas*”.

Verifica-se, dessa forma, que a opinião dos feirantes é contrária às normas regulatórias no contexto do Mercado Aberto. A triagem (assinatura diária do ponto); a proibição de deixar as bancas sob a responsabilidade de outros que não os familiares; a obrigação de chegar nos horários designados para o funcionamento e o limite estabelecido para a quantidade de mercadorias negociáveis, são condições intoleráveis para os feirantes. Essas normas, segundo eles, não deveriam existir. Ou então, deveriam existir de outra maneira: muitos acham que a triagem poderia ser realizada uma vez por semana e o horário de venda deveria ser estabelecido pelo próprio trabalhador. Alguns feirantes afirmam que o Mercado Aberto *não possui normas*. Essa idéia é expressa por muitos como forma de denunciar o cumprimento das normas, por parte de alguns trabalhadores, e o descumprimento por parte de outros.

A figura do homem ordinário, referida por Certeau (1994), como uma personagem disseminada, que se constitui em plena consciência, uma parte no todo do espaço urbano, e que se revela nesse todo como parte singular, própria, através de táticas-estratégias, táticas-astúcias e golpes, se desvia do todo já ordenado. O texto do autor auxilia no entendimento da prática cotidiana do feirante que, mesmo fiscalizado para cumprir as normas do Mercado Aberto, participa de uma dinâmica própria de atividade informal, dialogando com toda a cidade, de forma diferenciada, resistindo às pressões durante os movimentos reivindicatórios. Nessa perspectiva, pôde-se verificar que a transferência dos ambulantes para o Mercado Aberto, o seu enquadramento na categoria de feirantes, impediram-nos de exercer atividades próprias, singulares, contrárias às normas estabelecidas, proibitivas da liberdade que gostariam de ter caminhando e trabalhando cidade a fora.

O discurso predominante dos órgãos gestores construiu-se no sentido de transformar os ambulantes em feirantes. Estes, atualmente, somam mil e trezentos e noventa feirantes no interior do Mercado Aberto, para onde 185 deles vieram transferidos da Avenida Anhangüera. Oitenta ambulantes foram transferidos para o projeto de extensão do Mercado Aberto, na Praça Felicíssimo dos Santos, atrás do Edifício Parthenon Center, no Centro de Goiânia. São, evidentemente, subordinados a um regulamento próprio. De acordo com o Decreto n.º 2.834, de 30 de julho de 2001(em anexo), obedecem às normas aplicadas às feiras livres e especiais. Observa-se que, quando transferidos, submetem-se às normas e regras de controle criadas pelos gestores públicos. Essas normas, ao mesmo tempo em que controlam as atividades dessa categoria, buscam garantir o caráter público das ruas, avenidas, praças e calçadas.

Como num jogo que, ao desenrolar-se, permite várias estratégias, diversas maneiras de jogar e desfazer o jogo do outro, o grupo se utiliza do espaço já posto, da linguagem estabelecida, da estética normatizada, do texto, do modelo, dos olhos, do discurso, dos procedimentos, das regras já estabelecidas, para criar formas de resistência. No cotidiano dos feirantes do Mercado Aberto, como no dos vendedores ambulantes que ocupam outros espaços, a invenção de formas de resistência é uma constante. Nessa trama, lances de esperteza, golpes estratégicos e regras vão surgindo de acordo com as ocasiões vivenciadas, através das quais são criadas maneiras imprevisíveis de proceder.

Nesse sentido, os feirantes do Mercado Aberto inventam modos diferenciados de vender seus produtos, anunciam suas mercadorias da maneira e no tom que melhor lhes convém. Nas abordagens dos consumidores, utilizam-se de propaganda verbal (gritando ou simplesmente falando), no sentido de conquistá-los ou seduzi-los para a venda. Segundo depoimento de um feirante, o

trabalhador dessa categoria deve “expressar o que vende”.

Modelos de operações são desenvolvidos entre os feirantes, propiciando, além da troca de produtos, o encontro inusitado de pessoas estranhas, amigos e colegas. Nesse contexto, diferentes idéias, pensamentos e valores culturais, intercambiam-se nos horários fixados, de segunda a sexta, das 9 às 18 h e aos sábados, das 8 às 13 horas.

Considera-se, de acordo com pontos de vista respeitáveis, que a sociedade constitui uma produção humana que não deixa de ser, ainda, objetiva em sua materialidade. Compreende-se, desse modo, o espaço urbano em sua materialidade e em sua essencialidade, quando se pensa na sua estrutura e no que o produz e reproduz, ou seja, nas ações dos indivíduos. A teoria da estruturação de Giddens (1989) reforça essa idéia, ao referir-se à estrutura feita e refeita em virtude das ações – ações imbuídas de poder, que estão na origem da capacidade dos agentes de realizá-las – pelas quais revificam-se e adquirem forças. Desta forma, a estrutura é concebida como uma propriedade dos sistemas sociais, contida em práticas reproduzidas no tempo e no espaço.

O conjunto das ações diferenciadas no corpo social, dentre elas as ações dos vendedores ambulantes e feirantes, constitui o processo de interação social que recheia o espaço urbano de Goiânia e lhe dá conteúdo – ações imprevisíveis, não premeditadas, mas que configuram novas formas de utilização e apropriação da cidade. O vivido, presenciado no espaço urbano, é considerado por Lefebvre (1968) como parte integrante do concebido na sociedade. É o espaço das representações sociais, dos simbolismos complexos, da arte. Conjuntos representacionais que se misturam ao espaço da ciência, da técnica, do planejamento territorial, do tecno-urbanismo, constituindo o espaço da ordem, do progresso, da luz e da razão.

É no vivido que se tem a possibilidade de superação do concebido por meio da ação revolucionária do homem e da faculdade de emancipação que o motiva, no

ambiente em que vive, onde o prazer, o desejo e o sonho se misturam e debatem, e onde os sentidos da existência humana não se deixam aniquilar, mas, pelo contrário, se insurgem. É assim que se chega à exaltação do sujeito frente à “racionalidade técnica”.

As possibilidades de superação do dualismo entre objetividade e subjetividade, na sociedade, são evidentes quando Lefebvre (1968) as investiga na sua totalidade, retornando à dialética que pensa a prática e o modo de pensar, situação em que o sujeito é parte, dono da sua obra, da história em que está inserido, insurgindo-se e ao mesmo tempo transgredindo o concebido. Nesse sentido,

(...) a cidade é obra, a ser associada mais com a obra de arte do que com o simples produto material. Se há uma produção da cidade, e das relações sociais na cidade, é uma produção e reprodução de seres humanos por seres humanos, mais do que uma produção de objetos. A cidade tem uma história; ela é a obra de uma história, isto é, de pessoas e de grupos bem determinados que realizam essa obra nas condições históricas. (LEFEBVRE, 2001, p. 46)

Goiânia pode ser pensada à luz dessas reflexões, ou seja, é uma cidade cujo sentido ultrapassa o dos objetos concretos, instalados na espacialidade urbana, como o Mercado Aberto, por exemplo, para atingir as condições de uma cidade de relações sociais e de interações constantes entre os homens. A dinâmica apresentada do cotidiano dos vendedores ambulantes – especificamente os do Mercado Aberto de Goiânia – insere-se nessa filosofia, já que esses trabalhadores criam seu próprio espaço, caracterizando-o de acordo com o seu modo de ser e seus sonhos, basta, observa-los nas particularidades que os diferenciam e caracterizam como grupo de ambulantes/feirantes,

Conhecer a produção do espaço urbano é observar uma cidade planejada e vivida, um espaço programado e praticado, é visualizar uma topografia pela ótica de tudo o que constitui sua produção, entendendo-a

como práticas espaciais produzidas, como imagens e discursos que irão representá-lo – espaço entendido como uma proliferação de manipulações variadas e imprevisíveis, no interior de uma imensa malha de restrições e de incertezas socioeconômicas, no qual ocorre o imbrincamento de subjetividade e objetividade.

A cidade e seus habitantes dialogam com a desordem a olho nu: pessoas com afazeres diversos, furtos são praticados, compras e negócios fechados – como também com uma normatização diferente da planejada. Esta só se verifica quando se ingressa nas minuciosidades urbanas, nos elementos que garantem o desenvolvimento das interações sociais – uma normatização baseada na criatividade.

A disposição dos produtos, a criação de códigos e símbolos são exemplos de uma ordem que é garantida pela imprevisibilidade das ações humanas. É o que se pode verificar quando se observam as estratégias utilizadas pelos feirantes na exposição de seus produtos. Eles se utilizam de manequins sólidos, prateleiras, grades de ferro, araras (suporte de ferro), cabides, produtos empilhados e pendurados e telas, numa combinação multicolorida para facilitar o manuseio e a visibilidade das mercadorias no pequeno espaço existente para comercializá-las. A banca constitui o *locus* de interação entre feirante e cliente, bem como uma forma de dialogar com o próprio Mercado Aberto – representando uma atividade informal nesse espaço, emprestando, dessa forma, conteúdo expressivo e vivo às relações humanas.

Goiânia, espaço urbano e palco desta pesquisa, ao longo de sua história submeteu-se a um cortejo de planos de ação, voltados para o ordenamento e reordenamento de sua materialidade e vivência, projetos que interferiram na espacialidade e no cotidiano de todos aqueles que nela se encontram. A cidade foi concebida para sediar a nova capital do Estado, pois a antiga, a cidade de Goiás, já não atendia às demandas econômicas e políticas de grupos que cresciam economicamente e exigiam

mudanças nas relações socioeconômicas e político-administrativas daquela época.

A implantação do Projeto Mercado Aberto, nesse espaço, religa-se à proposta do ano de 1933, preservando aspectos do plano original de Goiânia. Com a saída de Atílio Correia Lima, o responsável subsequente pelo plano foi o engenheiro Armando Godoy, em 1935. Este introduziu inovações no plano de Atílio Correia Lima. Dentre elas, o projeto para o Setor Sul, que previa a construção de uma nova praça, a Praça do Cruzeiro, em contraponto com a Praça Cívica, com avenidas convergentes, em forma de asterisco, e quadras orgânicas acomodadas à topografia, com amplos espaços livres para áreas de lazer, liberando-se as tradicionais ruas para o sistema viário e realizando modificações do Plano anterior.

Com o Decreto-Lei n.º 9-A, de 31 de julho de 1938, os Coimbras Bueno, que já trabalhavam na parte técnica dos Projetos de construção de Goiânia, oficializaram o Plano Diretor da cidade, sob cujas diretrizes criaram – aproveitando parte dos projetos de Atílio Correia Lima – outros espaços urbanos, como o Jardim do Mortos, o Hipódromo, a Vila Hípica, a Zona dos Esportes, o Bosque dos Buritis, o Parque Capim Puba, o Jardim Zoológico, a Zona Universitária, a Avenida-parque da represa do Jaó, o Iate Clube e o Jardim Botânico. Os Coimbras Bueno orientaram, ainda, o governo para tomar as medidas necessárias na implantação do Plano Integral de Goiânia.

Em 1967, foi contratada a firma Serete S/A, associada a Jorge Wilhein Arquitetos Associados, para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia, o PDIG-1, aprovado pela Lei n.º 4.523, de 31 de dezembro de 1971. Em 1969, foi criada a Superintendência de Planejamento, entidade autárquica, para desenvolver o planejamento e normalizar institucionalmente este primeiro PDIG, já em fase final de elaboração, o qual visou ao desenvolvimento urbanístico de Goiânia, priorizando as regiões situadas a sudoeste da capital e criou diretrizes básicas e abrangentes que objetivavam estimular o

desenvolvimento socioeconômico e administrativo do município, tendo ainda, entre suas determinações, o projeto de modernizar, ampliar e normatizar todos os segmentos ligados à vida pública da cidade.

Em 8 de outubro de 1975, foi oficializado o Plano de Jaime Lerner, que estabeleceu a estrutura viária mediante a implantação do Sistema Integrado de Transporte de Massa de Goiânia, medida destinada a conter os limites da cidade, em razão dos deslocamentos realizados diariamente. A Lei nº 5.735, 1980, oficializou o Plano Diretor Lubomir Ficinsky Dunin que, em meio a várias medidas, contemplava o zoneamento do solo urbano, definido pelas áreas urbanas e de expansão urbana, e dispunha sobre o conjunto habitacional de natureza social.

Todos esses planos de ações auxiliaram no desenvolvimento da ordenação dos espaços públicos de Goiânia, que, atualmente, é regida pelo PDIG, em vigor desde 1992. A cidade foi submetida a outras intervenções. Porém, esses exemplos demonstram que há uma reiteração constante de planos para a cidade, os quais interferem na vivência urbana e na prática cotidiana de todos os habitantes.

Numa perspectiva macro, o Mercado Aberto, construído em abril de 2003, atende a três eixos fundamentais do Plano de Governo: inclusão social e universalização da cidadania; construção de uma gestão pública democrática e popular e requalificação da cidade e, por último, o desenvolvimento econômico e urbano de Goiânia. Além desses, há quatro pontos prioritários no planejamento para o lugar: deve ser local de animação do Centro da cidade, após as atividades comerciais dos ambulantes – área de lazer e de apresentações artísticas e culturais. A sua construção justifica os objetivos traçados pelos órgãos gestores, dentre os quais, salienta-se a criação de condições de trabalho diferenciadas para os vendedores ambulantes; o resgate da paisagem urbana; a devolução dos passeios públicos aos pedestres e a resolução dos conflitos entre comércio formal e informal.

Compreende-se, então, que os planos de ação impostos à cidade confrontam com a imprevisibilidade do comportamento das pessoas que nela vivem. Ao se depararem com situações refratárias ao controle, os gestores da coisa pública desenvolvem outras ações destinadas a reordenar a cidade a seu modo e ao modo de todos os que com eles concordam. Tem-se, de um lado, as práticas não-aceitas e imprevisíveis de alguns grupos e, de outro, a necessidade de mostrar que há, na cidade, controle e organização dos seus espaços.

A pesquisa mostrou que, além de local de trabalho e de lazer (lazer para o público, em geral), o Mercado Aberto rege-se por normas internas, entre as quais, as que determinam aos trabalhadores chegar e sair no horário correto, não vender produtos nos corredores do recinto, não possuir duas bancas no mesmo local ou em locais diferentes e assinar o ponto de chamada. É também espaço de conflito entre os feirantes, entre estes e os responsáveis pela fiscalização interna, bem como, entre o SINCATEI e a SEDEM, órgão responsável pela supervisão da informalidade em Goiânia.

Esse conflito demonstra que a estrutura física do Mercado é precária; que a desatenção, por parte dos gestores do projeto, no que respeita ao conforto e irregularidades praticadas no interior do mercado, acaba prejudicando-o; que o não cumprimento das normas estabelecidas, atribuído aos fiscais, superintendentes, policiais e funcionários da SEDEM, ao permitirem que algumas pessoas adquiram o ponto da banca sem uma seleção rigorosa, e que outras pessoas, não-cadastradas no Mercado, vendam ali os seus produtos, desmoralizam o ambiente; que alguns feirantes e não-feirantes possam entrar e sair do local, quando bem entendem, é prática que denigra a imagem do Mercado Aberto..

O Mercado Aberto interage com a sociedade e com a cidade. Aqueles que circulam pelas suas imediações e a população que frequenta o Centro da

cidade consideram-no a partir de duas perspectivas: a primeira, associada a uma política que se propõe a *limpar a bagunça e desorganização causadas pelos ambulantes*; e a segunda, que considera a construção do mercado “como uma das formas de proporcionar um espaço de trabalho que possibilite maior conforto para a realização de suas atividades”.

Ainda que inseridos em um processo que não lhes proporciona garantias trabalhistas, os feirantes do Mercado Aberto orientam e dão sentido às suas ações através da busca pela sobrevivência. O excedente derivado dessa atividade, segundo eles, “é lucro”. Porém, essa realidade não é uniforme para todos os feirantes do Mercado Aberto. Existem aqueles que, embora constituam minoria, possuem mais de uma banca; os que dirigem pequeno comércio formal; alguns trabalham em serviços formais, e vêem nessa atividade uma forma de aumentar a renda familiar. Dessa prática, surgem novas formas de sociabilidade – maneiras gregárias próprias da vida em sociedade –, criando interações sociais.

Os feirantes do Mercado Aberto, antes ambulantes das áreas do Centro e centrais de Goiânia, desenvolviam a prática de fugir sempre da fiscalização, a que chamavam *rapa*. A partir dessa ação desenvolveram *estratégias* e *táticas* para escapar da fiscalização, como, por exemplo, códigos expressos por gritos, apitos, palmas, olhares, todos sincronizados, de forma que todos os ambulantes eram avisados ao mesmo tempo. Ao serem transferidos para o Mercado Aberto, um local fixo de trabalho informal, os feirantes criam outras práticas desmembradas em *táticas*, *estratégias*, *golpes* e *lances*, que os qualificam como feirantes/ambulantes. Assim, interagem com a sociedade de forma geral, através do trabalho e do espaço no qual estão inseridos – trabalho informal e Mercado Aberto.

Entre os feirantes, observa-se a produção de uma cultura coletiva, verificada em seu modo de vestir, (especialmente em acessórios, como a pochete, por exemplo, utilizada pela maioria – trata-se de uma bolsa que se prende à cintura, na qual guardam

documentos e utensílios pessoais); em sua linguagem, através de frases, tais como: *chega aí freguesa, vamos, compra, maninho*, enfim, gírias que adotam como marcas coletivas e pessoais e *marketing* para as transações comerciais. Utilizam-se a voz, manequins sólidos, prateleiras, grades de ferro, arara – suporte de ferro - cabides, produtos empilhados, pendurados e telas, transgredindo as normas do Mercado.

Ao revelar-se como palco e cenário das interações e intervenções sociais, a cidade de Goiânia apresenta, simultaneamente, como a sociologia urbana clássica consagrou, um conjunto de equipamentos programados e previsíveis, bem como novas materialidades resultantes da prática social desenvolvida no cotidiano.

Dessa forma, Goiânia demonstra ser uma cidade submetida a processos contraditórios que se entrelaçam – desde o planejamento original – em seus projetos subseqüentes, gerando a imprevisibilidade, a mudança, o conflito, enfim, os vários **processos de interações sociais próprios da “desordem organizada”**. Conforme já se disse anteriormente, essa é uma idéia que confronta a ordem elaborada dos planos, cujo objetivo é organizar os espaços urbanos da cidade, concedendo-lhes uma ordem espacial, definindo-os de acordo com suas funções. Acredita-se que os feirantes do Mercado Aberto produzem uma ordem que, aos olhos dos gestores, faz parte de uma desordem.

A cidade, como bem diz ARANTES (2000), seja ao vivo ou nas cores das instituições de comunicação e do mercado, continua sendo *locus* e objeto de importantes disputas na incessante estruturação prática e simbólica da cidadania.

Referências Bibliográficas:

ARANTES, Antônio A. **Paisagens Paulistanas**. Transformações do Espaço Público. São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.

ARANTES, Otília. all. **A cidade do pensamento único**. Desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000.

- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: contexto, 2004.
- CASTELLS, Manuel. **Problema de investigação em sociologia urbana**. Portugal/Brasil: Presença Martins Fontes, 1975.
- CAVALCANTI, Lana de Souza (Org.). **Geografia da Cidade**. Goiânia: Alternativa, 2001.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- _____. **A invenção do cotidiano: 2. morar, cozinhar**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- CHAUL, Nasr Fayad. **A construção de goiânia e a transferência da capital**. Goiânia: UFG, 1999.
- DOMINGUES, José M. **Teorias sociológicas no século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FERRARA, Lucrécia, Daléssio. **Ver a cidade**. São Paulo: Nobel, 1988.
- FOUCAUT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1989.
- FRÚGOLI Jr., Heitor. **Espaços públicos e interação social**. São Paulo: Marco Zero, 1995.
- GENTILI, Pablo. **Globalização Excludente. Desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem social**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- GIDDENS, Anthony. **Constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- _____. **Conseqüências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.
- HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1992.
- IANNI, Octavio. **Teorias da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- KWASNICKA, Eunice Lacava. **Introdução à administração**. São Paulo: Atlas, 1995.
- LEFEBVRE, Henri. **A Vida cotidiana no mundo moderno**. Lisboa: Ulisséia, 1968.
- _____. **O Direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.
- MACHADO, Maria Salette Kem. **Os meninos de rua do eixo monumental**. Brasília, 1980.
- MAGALHÃES, Maria Cristina Rios (Org.). **Na Sombra da cidade**. São Paulo: Escuta, 1995.
- MAGNANI, José Guilherme C. e TORRES, Lilian de Lucca (Orgs.). **Na metrópole**. Textos de antropologia urbana. São Paulo: Fapesp, 1996.
- MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades. alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- ORTIZ, Renato. **Outro território: ensaios sobre a mundialização**. São Paulo: Olho d'água, 1999.
- PERLONGHER, Nestor. **Territórios marginais**. São Paulo: Escuta, 1995.
- PIMENTEL, Lúcia Valesca. **Cidade: espaço de práticas cotidianas**. In: V Congresso Brasileiro de Sociologia. GT: Metamorfose da Cidade. 5ª sessão – Sociabilidade no Urbano. Fortaleza, 2001.
- PINTO, Maria Inez Machado Borges. **Cotidiano e sobrevivência**. São Paulo: Edusp, 1994.
- POCHMANN, M. (Coord.) – **Trabalho legal, ilegal e “ilegal” – Novidades da dinâmica do mercado de trabalho no Brasil**. Jornal do DIAP, nº 186, abril/maio de 2003.
- _____. **O Trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego**

e precarização no final do século. São Paulo: Contexto, 1999.

THIOLENT, Michel. **A Crítica metodológica, investigação social e enquete operária.** São Paulo: Pólis, 1980.

TOURAINE, Alain. **Crítica da modernidade.** Petrópolis: Vozes, 1994.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade.** Brasília: Ed. UnB, 1989.

WOLFF, Silvia Ferreira Santos. **Jardim América.** São Paulo, 2001.

ⁱ Texto referente à discussão teórica e prática produzida a partir da pesquisa concebida pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás, e produção da dissertação de mestrado defendida e aprovada em 2005.

ⁱⁱ Mestre e doutoranda em Sociologia. geruzacs@yahoo.com.br. Lattes. cnpq.br/7868377618598058. Professora titular no Ensino Superior e ensino fundamental e médio.

ⁱⁱⁱ Analisou-se os feirantes a partir de uma pesquisa durante o mestrado, entre 2003 e 2005 realizada no Mercado Aberto situado na Avenida Paranaíba, no Centro de Goiânia. Ressalte-se que o grupo escolhido, os feirantes do Mercado Aberto, em Goiânia, eram chamados de vendedores ambulantes.

^{iv} São microbianas no sentido de que se manifestam de diversas maneiras, para formar uma totalidade local. São as práticas do ambulante, do comerciante formal, da prostituta, do morador e de todos os que usam e participam da cidade e nela interagem, com sua forma de ser e agir.

^v O Mercado Aberto continua na Avenida Paranaíba. Sua estrutura foi alterada após o ano de 2005– foi inserida uma grande lona branca por todo o Mercado Aberto acima das barracas azuis listradas previstas pela planta inicial - devido ao calor intenso internamente e às águas das chuvas que molhavam as barracas dos feirantes.

^{vi} Dos quarenta feirantes aos quais se perguntou se tinham participado da elaboração e construção do Mercado Aberto, dez responderam positivamente.